

O PAPEL DO MONITOR COMO FACILITADOR DA APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA E TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO: O QUE DIZEM OS COORDENADORES PEDAGÓGICOS?

Maria Santa Borges do Nascimento

Fernando Roberto Ferreira Silva, Maria Márcia Melo de Castro Martins

Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (FECLI) / UECE.

mariasanta.cmr@hotmail.com

Resumo

A Educação vivencia, atualmente, os desafios da Inclusão, o que vem mobilizando tanto políticas públicas quanto a sociedade civil. No Brasil, mudanças na legislação garantiram a ampliação do atendimento educacional e a inclusão desses alunos com necessidades especiais na rede pública de ensino regular. Desse modo, a inclusão de alunos com deficiência está cada vez mais presente nas escolas brasileiras. No entanto, as escolas precisam se adequar tanto estruturalmente quanto nos seus recursos humanos para atender e acompanhar melhor esses alunos. Assim, o presente trabalho teve como objetivo conhecer o papel do monitor do projeto “Bolsista da Inclusão” como facilitador do processo de aprendizagem do aluno com deficiência ou portador de Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGDs), na percepção do coordenador pedagógico. O trabalho caracteriza-se como um estudo exploratório, de abordagem qualitativa e utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Os sujeitos foram duas coordenadoras pedagógicas de duas Escolas de Ensino Fundamental no município de Iguatu/CE. Os resultados mostraram que a demanda de monitores não supre a necessidade dos alunos matriculados, fazendo com que os monitores fiquem sobrecarregados. Revela também que a formação dada aos monitores não é suficiente, adequada, pois, os mesmos não possuem um conhecimento prévio sobre as deficiências dos alunos que atendem. Todavia, reforçam que os monitores são de grande importância e fundamentais para a execução do trabalho de inclusão junto aos alunos, já que proporcionam meios e estimulam o aluno a aprender, dando a atenção necessária que o aluno precisa.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão. Atendimento Educacional Especializado.

Abstract

Nowadays, Education goes through the challenges of inclusion that has mobilized both government and civil society. In Brazil, changes in legislation ensured the expansion of Special Education and the inclusion of students with disabilities in general education classes. Soon, the inclusion of students with disabilities is increasingly present in Brazilian's school. However, for this, schools should be adapt structurally and in its

human resources. Thus, this study aimed to understand the role of the project "Bolsista da Inclusão" as a facilitator of the learning process of the student with disabilities or people with a Global Developmental Disorders (GDDs), the perception of the pedagogical coordinator monitor. This work is characterized as an exploratory study with a qualitative approach and used as a tool for data collection a semistructured interview. The subjects were two pedagogical coordinators of two elementary schools in Iguatu city, Ceará. The results showed that the demand of monitors does not meet the need of students enrolled, causing monitors to be overloaded. Also reveals that the training given to the monitors is not sufficient, adequate, because they have no prior knowledge about the deficiencies of the students they serve. However, emphasize that the monitors are very important and fundamental to the implementation of inclusion with students as they provide the means and encourage the student to learn, giving the necessary attention that the student needs.

Keywords: Special Education. Inclusion. Specialized Educational Services.

Introdução

O movimento em prol da inclusão aconteceu fora do âmbito escolar, na sociedade civil e, nesse sentido, em 1994, a Declaração de Salamanca, marco da incorporação legal da inclusão no nosso país, foi fruto da inquietação de um grupo de pessoas que entendiam a necessidade de se ampliar a discussão sobre o tratamento destinado aos deficientes a várias instâncias sociais, com o objetivo de se repensar as práticas sociais excludentes. Este documento trouxe uma visão nova da educação especial, afirma e proclama que todas as crianças são únicas nos seus interesses, habilidades e necessidades e, portanto, tem direito à educação e à oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem e ainda que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades” (SALAMANCA, 1994, p. 1 e 2).

Em 2008, em um trabalho da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (SEESP/MEC), foi lançada a nova Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e, em 2009, foi aprovada, por meio de emenda constitucional, a convenção da ONU (BRASIL, 2009) sobre os direitos das pessoas com deficiência. Ambas orientam os sistemas educacionais para a

organização de serviços e recursos da educação especial de forma a complementar o ensino regular, como forma obrigatória e de responsabilidade do sistema de ensino.

O Decreto nº 7.611/2011 (BRASIL, 2011) afirma a obrigatoriedade da matrícula do aluno da educação especial na escola comum, de ensino regular, e também assegura e regulamenta a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). A Inclusão quebra os paradigmas e contesta os sistemas educacionais constituídos pela posição de diferenciar os alunos normais dos alunos especiais, que se apresentaram abalados pela proposta inclusiva da educação (ROPOLI et al., 2010).

Na perspectiva da educação inclusiva, a escola deve matricular e acolher todos os alunos, independentemente de suas necessidades ou diferenças, contudo, o acolhimento por si só não é suficiente; é necessário que a escola esteja preparada, adaptada para proporcionar ao aluno todas as condições de aprendizado e desenvolvimento de suas potencialidades. A escola deve conceder um espaço para todos, construindo o conhecimento segundo suas capacidades e ideias, livremente, de forma que possam se desenvolver como cidadãos, nas suas diferenças. Assim, Gil (2005, p.18) afirma que:

[...] a melhor resposta para o aluno com deficiência e para todos os demais é a educação que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas que atendam as necessidades educacionais de cada aluno: uma escola que ofereça tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos possam conviver e aprender com as diferenças.

Não se deve atribuir aos alunos identidades que os excluam; que os caracterizem em nichos, ou seja, *os alunos com deficiências* ou *os alunos transtornos de aprendizagem*. A educação inclusiva questiona a superficialidade das identidades e defende a multiplicidade, e não a diversidade; tratando de uma educação que garanta o direito à diferença e não à diversidade. Nesse sentido, Silva (2000, p. 100 e 101) afirma:

A diferença do múltiplo e não do diverso. Tal como ocorre na Aritmética, o múltiplo é sempre um processo, uma operação, uma ação. A diversidade é estática, é um estado, é estéril. A multiplicidade é ativa, é fluxo, é produtiva. A multiplicidade é uma máquina de produzir diferenças-diferenças que são irredutíveis a identidade. A diversidade limita-se ao existente. A multiplicidade estende multiplica, prolifera, dissemina. A diversidade é um dado da natureza ou da cultura. A multiplicidade é um movimento. A

diversidade reafirma o idêntico. A multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico.

No âmbito da educação inclusiva, existem ainda grandes dificuldades, como, por exemplo: a falta de pessoas capacitadas para trabalhar nessa área, as frustrações dos professores devido a não se sentirem capacitados, os preconceitos e também os estigmas. É preciso que a escola desempenhe um papel complementar, junto à família e no processo de socialização desses alunos. Para isso, as escolas precisam de planejamento, de ações que forneçam apoio e estrutura necessária para que a educação inclusiva seja verdadeiramente efetivada.

O município de Iguatu/CE não foge a essa realidade traçada e, nessa direção, foi criado em 2012, através do Núcleo da Educação Especial Inclusiva (NEEI), o projeto “Bolsista da Inclusão” que visa o desenvolvimento do aluno com deficiência através de uma maior atenção e cuidado no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Cada escola que acolhe alunos especiais possui, ao menos, um professor do AEE, contudo, esse número não é suficiente para a demanda (o município atende atualmente 302 alunos especiais) de modo que o projeto vem colaborar com essa carência uma vez que o projeto consiste na seleção de alunos matriculados em cursos de licenciatura de ensino superior para que estes atuem nas unidades escolares da rede pública municipal, que perpassa pela Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos, auxiliando os professores do AEE.

Atualmente, 190 bolsistas estão atuando em 39 escolas e na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAÉ). Os monitores selecionados iniciaram seus trabalhos com os alunos especiais sempre sob a orientação dos coordenadores pedagógicos e professores do AEE, atuando no acompanhamento do desenvolvimento do aluno em sala de aula, como também em atividades de higiene, alimentação e locomoção.

Porém, o desenvolvimento desse projeto tem gerado algumas indagações: em que medida a inserção desses bolsistas universitários, monitores, tem contribuído para o avanço da inclusão? Existe uma formação adequada e continuada desses alunos monitores? Diante das referidas questões, o presente artigo tem como objetivo analisar

em que medida a inserção de monitores tem contribuindo para o avanço da inclusão no ambiente escolar, a partir da percepção do coordenador pedagógico.

Metodologia

A investigação caracteriza-se como um estudo exploratório e foi desenvolvido junto a duas escolas de Ensino Fundamental, no município de Iguatu, região Centro-sul do Estado do Ceará. Teve como sujeitos duas coordenadoras pedagógicas das referidas escolas. A pesquisa exploratória caracteriza-se, dentre outras coisas, como sendo um meio de buscar conhecer determinado assunto com maior profundidade, tornando-o mais claro e proporcionando uma visão geral e mais ampla (ANDRADE, 2002; GIL, 2010).

O instrumento de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada, uma vez que esta “[...] tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo” (MINAYO, 2011, p. 64). Para a realização desta, utilizou-se um roteiro de perguntas, as respostas obtidas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas. Foi garantido às entrevistas sigilo sobre as informações concedidas e sobre a identidade das mesmas.

A entrevista foi organizada em duas seções, as quais possibilitaram a descrição das percepções das coordenadoras pedagógicas: 1. Informações sobre a quantidade de monitores atuando dentro das escolas, a quantidade de alunos matriculados e atendidos pelo Projeto Bolsistas de Inclusão; 2. Percepções sobre o papel do monitor, sua formação e em relação aos desafios do Projeto dentro das escolas.

Análise dos resultados

A análise dos resultados mostrou que a Escola 1 atende um total de 25 alunos especiais e recebe 10 monitores do Projeto; já a Escola 2 atende 21 alunos e recebe 09 monitores. Uma análise preliminar desses números indica que a quantidade de monitores não corresponde ao número de alunos especiais matriculados e isso é agrado ainda mais porque os monitores além dos alunos com deficiências e os portadores de

Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGDs), também auxiliam a todos os alunos com dificuldades de aprendizagem.

De acordo com o projeto cada aluno será acompanhado pelo bolsista da inclusão, que o acompanhará em todas as atividades realizadas no âmbito escolar, porém o monitor bolsista poderá acompanhar mais de um aluno, tendo em vista suas capacidades e o grau de deficiência do aluno ou quando designado pelo coordenador pedagógico a acompanhar alunos com dificuldades de aprendizagem.

Quando indagados sobre o papel do monitor e sua importância no ambiente escolar, os sujeitos apontaram que:

O papel do monitor é ajudar o aluno no processo de aprendizagem. Criar e proporcionar possibilidades para que o aluno aprenda de acordo com suas capacidades. O monitor também exerce grande importância no ambiente escolar, ele não somente auxilia o aluno com deficiência, mas também toda a sala de aula e toda a escola (Sujeito C1).

O monitor facilita a aprendizagem do aluno com deficiência, dando apoio mais atencioso, pois o professor não consegue em uma sala de 24 alunos, darem atenção necessária para o aluno com deficiência. O monitor proporciona os meios e estimula os alunos a aprender, ele melhora a aula, adequa os conteúdos de forma criativa, ajuda ao aluno a descobrir suas potencialidades. O monitor é importante no ambiente escolar, pois ele estabelece uma ligação entre a escola e a família do aluno (Sujeito C2).

O monitor tem contato direto com um aluno, ele tem a responsabilidade de desenvolver e orientá-lo nas atividades realizadas em sala de aula, além de dar apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção e entre outras que necessitem auxílio constante no dia a dia escolar (BRASIL, 2008).

O monitor também é importante no que se refere à esfera emocional do aluno, por isso ele precisa transmitir confiança ao aluno e à família, como diz Aranha (1994 p.69-70) “é no cenário das relações sociais que se dá a apreensão do real, a construção do conhecimento, da sociedade e o desenvolvimento do homem”. Deixando claro que as interações entre o aluno e o monitor se fazem necessárias para que o aluno construa bases para o relacionamento com todos, escola, família e sociedade.

Outro ponto citado pelos sujeitos foi a importância do monitor no ambiente escolar. Explicitaram que o monitor não é exclusivo do aluno com deficiência e TGDs, e que ele exerce funções dentro da escola, para além da sala de aula.

Quando perguntadas sobre a formação dos monitores, os sujeitos mencionaram:

Os monitores não tiveram uma formação inicial adequada, começando seus trabalhos dentro da escola, sem nenhum conhecimento, depois iniciaram uma formação quinzenal oferecida pelo projeto pelo qual foram selecionados, porém vejo que ainda não é suficiente, além de alguns não serem alunos de Curso Superior da área da Educação (Sujeito C1).

Os monitores entram na escola sem nenhum conhecimento prévio sobre educação inclusiva, sobre as deficiências. Existe uma formação, mas deixa muito a desejar, entretanto, sabemos que essa falta de conhecimento e essa ausência de formação não são apenas dos monitores, mas de todos que atuam na escola (Sujeito C2).

Para atuação na Educação Inclusiva, o monitor deve ter uma formação inicial e continuada, possuir conhecimentos do exercício da docência, conhecimentos gerais e específicos da Educação Especial (BRASIL, 2008). O monitor é um agente importante nas escolas especiais e nas escolas regulares, porém fica evidente que o monitor deve estar devidamente capacitado para atuar nas escolas, conhecer sobre as deficiências dos alunos que atenderá entender o exercício de ensinar, estudar e se apropriar de métodos pedagógicos para desenvolver junto aos alunos, precisa saber planejar, elaborar junto aos professores formas de abordar os conteúdos.

O monitor deve adaptar os conteúdos que o professor aplica pra toda a sala de aula, aos alunos com deficiência e TGDs. Para tanto, precisa de conhecimento e criatividade para tornar o conteúdo assimilável aos estudantes que acompanha, o que requer, exige formação adequada. Os sujeitos mencionaram, ainda, que alguns monitores não cursam licenciatura, o que dificulta ainda mais o trabalho, pois os mesmos não...

As coordenadoras pedagógicas, quando perguntadas sobre os desafios do Projeto nas escolas em que atuam, informaram que existem muitas dificuldades em sua efetivação, e apontaram fatores que prejudicam a execução do projeto:

Grandes são os desafios do projeto, pois a escola não foi capacitada para receber os alunos com deficiências, não temos uma estrutura adequada que

proporcione ao aluno um ambiente de aprendizado e lazer. Outra dificuldade são as adaptações do currículo que são necessárias para se trabalhar (Sujeito C1).

O projeto é desafiador, pois, a educação inclusiva é um novo para a escola, e tudo que é novo no início gera medo, entre as dificuldades vejo que as que mais precisam de atenção é formação adequada pra toda a comunidade escolar e a estrutura física das escolas (Sujeito C2).

Os desafios encontrados na escola inclusiva são a preparação, interação e conscientização da equipe pedagógica, assim como participação e formação de professores, que demandam programas de formação mais significativos e situados na realidade de cada instituição, visando uma qualificação maior desses profissionais.

A proposta da Educação Inclusiva se baseia na adaptação curricular, realizada através da ação de uma equipe multidisciplinar que oferece suporte ao professor quanto ao portador de necessidades especiais, por meio do acompanhamento, estudo e pesquisa de modo a inseri-lo e mantê-lo na rede comum de ensino em todos os seus níveis.

Para a educação inclusiva o currículo deve ser pautado nas diferenças, não sendo o aluno que se adequa a ele, se ajusta as condições de ensino, mas é justamente contrária, é a escolar que tem que proporcionar as mudanças necessárias para que o aluno consiga acessar o currículo (ARANHA, 2003).

Por fim, as coordenadoras pedagógicas teceram algumas proposições sobre a atuação dos monitores e sobre o projeto de inclusão:

C1: Muitas são as dificuldades que encontramos, entretanto, houve um grande avanço na educação inclusiva na cidade de Iguatu. A nossa escola ao receber esse novo projeto e com ele os nossos alunos com deficiências e os monitores deu um grande passo no processo de aprendizagem, pois, não somente os alunos aprendem se desenvolve mais também toda a escola desde os auxiliares de limpeza, os professores, gestores, os alunos ditos “normais” como toda a sociedade.

Sabemos que precisamos avançar mais, principalmente em relação à formação dos monitores, à estrutura física das escolas e à formação do professor.

C2: avançamos muito, mas, digo que ainda é preciso avançar mais, pois não existe uma receita pronta para a educação, principalmente quando falamos em educação inclusiva, onde tudo ainda é novo para nós das escolas de ensino regular, é preciso que todos da educação busquem conhecimento, entendam e amem.

Conclusão

A partir desse estudo foi possível conhecer a realidade das escolas da rede pública de ensino de Iguatu na perspectiva da educação inclusiva. As dificuldades de implantar um processo inclusivo e eficaz que atenda a todos, construído sobre alicerces sólidos que vise o acolhimento e a permanência de todos, garantido uma educação de qualidade.

Outro dado importante foi a indicação de que as escolas ainda não estão preparadas para atender e educar, consta-se ainda que as escolas deve adequasse as necessidades dos alunos, com adaptações na estrutura física de modo que as torne uma escola acessível. Porém as dificuldades da estrutura física das escolas não são as únicas, essas dificuldades são colocadas como explicação da escola para não inclusão, alegando que não estão preparados para receber os alunos com deficiências e TGDs, tornando uma forma direta de exclusão. Se faz necessária a reflexão, que esses fatores devem ser complementos na edificação de uma escola inclusiva e não se tornem pontos excludentes

Referências

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas.** 5 ed., São Paulo: Atlas, 2002.

ARANHA, M. S. F. **A integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica.** Mesa redonda; a questão da integração do deficiente. XXIV Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto. SP, 1994.

ARANHA, M. S. F. **Referenciais para construção de sistemas educacionais inclusivos – a fundamentação filosófica – a história – a formalização.** Versão preliminar. Brasília: MEC/SEESP, 2003.

BRASIL. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008

_____. Decreto de nº6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília 2009.

Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> Acesso em: 01 de outubro de 2014.

_____. Decreto nº 7.6611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11> Acesso em: 15 de outubro de 2014

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas em educação especial. Espanha, 1994.

FERNANDES, I M. da C. **Educação inclusiva e escola regular pontos e contrapontos da proposta.** 2013. Disponível em: <<http://www.redentor.inf.br/arquivos/pos/publicacoes/24042013TCC%20-%20Ivani%20Marcia%20da%20Costa%20Fernandes.pdf>>. Acesso em: 15 de outubro de 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, M. **Educação inclusiva: o que o professor tem a ver com isso?** Universidade de São Paulo, 2005.

MINAYO, M. C. de S. (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** 30 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2011.

ROPOLI, E. A. et.al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva.** Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12625&Itemid=860>. Acesso em: 15 de outubro de 2014.

SILVA, T. T. da. (Org.). **Identidade e Diferenças. A perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis: Vozes, p.100-101. 2000.